

JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XIX — Nº 3.837 — Brasília, segunda-feira, 25 de março de 2013



Comissão discute dívidas de estados e municípios

Especialistas convidados vão debater, entre outros temas, o melhor índice para corrigir as dívidas de entes federados com a União. Índice atualmente utilizado pode elevar a dívida em mais de 20% ao ano. Projetos sugerem troca pelo IPCA

Em audiência pública hoje às 18h30, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) irá debater a dívida dos estados e municípios. Em destaque, a troca do índice utilizado para corrigir as dívidas junto à União, antiga reivindicação de governadores e prefeitos, com apoio de parlamentares. A atualização hoje é feita pelo Índice Geral de Preços —

Disponibilidade Interna (IGP-DI) mais juros de 6% a 9% ao ano. Com a mudança sugerida, os juros deverão ser de 4% ao ano e a atualização monetária será calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais estável que o IGP-DI. A adoção do IPCA como indexador é proposta em projetos que tramitam no Senado. **4**

Critérios para o FPE e MP da Alfabetização na pauta **4**

Prazo para reintegração de posse em análise na CCJ **5**

Senado reduz custos com programa de racionalização **2**

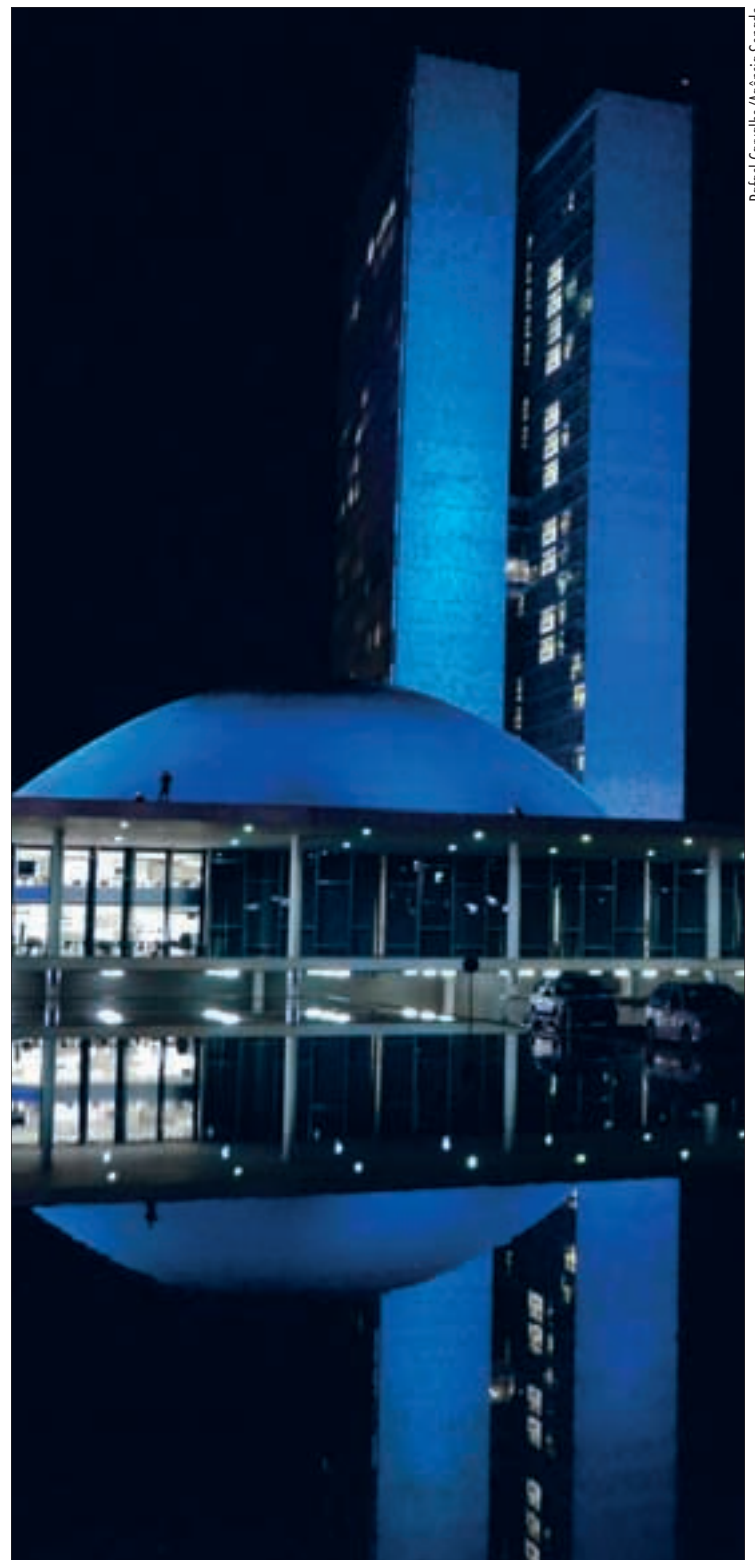
Analistas cobram atenção para o campo

Especialistas ouvidos na sexta-feira pela Comissão de Agricultura chamaram a atenção para o tamanho da população no campo e para a importância da

agropecuária para o país. Eles pediram mais investimento em políticas públicas para melhorar a qualidade de vida e a produtividade na área rural. **5**



Ao lado de debatedores, senador Acir Gurgacz (E) conduz a audiência pública sobre o setor rural brasileiro



Rafael Cavalho/Agência Senado

Iluminação azulada ajuda a conscientizar sobre importância dos recursos hídricos

Luz azul sobre o Congresso marca Dia Mundial da Água

Uma iluminação especial durante a noite de sexta-feira registrou no Congresso o Dia Mundial da Água. Em Plenário, senadores

alertaram para o risco de escassez de água potável no planeta e pediram melhor gestão dos recursos hídricos do Brasil. **3**

Plenário pode definir esta semana criação de tribunais **6**

Situação de aposentados das Forças Armadas em debate **7**

Extinção de órgãos e funções, redução de contratos terceirizados e outros cortes promovidos desde 31 de janeiro devem gerar economia de R\$ 296 milhões nos próximos dois anos

Senado se moderniza para reduzir custos

DESDE 31 DE janeiro, a Comissão Diretora do Senado vem tomando medidas para reduzir gastos e dar mais eficiência à gestão. Foram anunciados cortes que devem gerar economia de R\$ 296 milhões nos dois próximos anos. Extinção de órgãos e funções, redução dos contratos com empresas terceirizadas e cessão de servidores para outros órgãos públicos estão entre as iniciativas implementadas. Semana passada, determinou-se a instalação de um

painel eletrônico para exibir a atualização diária dos recursos economizados. Além disso, foi decidido que a Casa deve transferir ao Tesouro Nacional as verbas eventualmente não utilizadas. — Vamos aproximar o Senado da sociedade, que está nos exigindo mais austeridade, mais transparência e mais eficiência — argumentou o presidente do Senado, Renan Calheiros, ao anunciar os cortes realizados para adequação do Senado aos novos tempos.



Renan preside reunião da Mesa do Senado, que vem decidindo mudanças administrativas para dar mais eficiência à gestão

Programa de racionalização

MEDIDA	ECONOMIA
▶ Redução de 25% das funções de chefia e assessoramento em todo o Senado (eliminação de mais de 485 cargos) e diminuição dos cargos em comissão nos gabinetes.	R\$ 26 milhões
▶ Extinção de órgãos ou fusão de estruturas administrativas, como Interlegis, Unilegis e ILB.	R\$ 3 milhões
▶ Fim de contratos com terceirização de mão de obra para apoio administrativo e arquivo.	R\$ 66 milhões
▶ Redução de despesas de 32% nos contratos de vigilância do Senado e ascensoristas.	R\$ 13,3 milhões
▶ Unificação dos contratos de manutenção de jardinagem.	Redução de 25% nos custos
▶ Jornada corrida de sete horas (50 mil horas adicionadas à jornada de trabalho, evitando novas contratações).	R\$ 160 milhões
▶ Eliminação do atendimento ambulatorial no Serviço Médico (Sams). Profissionais e equipamentos passam a atender a população.	R\$ 6 milhões
▶ Corte de 10% no contrato de mão de obra da Gráfica. Gabinetes recebiam 20 exemplares dos títulos publicados. Passam a receber apenas um exemplar. Corte de 50% na tiragem.	R\$ 4,6 milhões
▶ Redução de 10% nos contratos da Central de Atendimento e também de 10% no contrato de apoio administrativo do Prodasen.	R\$ 1,4 milhão
▶ Suspensão da distribuição dos kits de informática às câmaras municipais.	R\$ 7 milhões

▶▶▶ ECONOMIA TOTAL DE R\$ 296 MILHÕES EM 2013–2014 ◀◀◀

Proibição de nomeações para as carreiras de polícia legislativa (117 cargos bloqueados) e de saúde e assistência social (42 cargos bloqueados).	Rodízio para os cargos de diretor de Compras e Contratações e de diretor de Controle Interno . Prazo máximo: 2 anos.	Extinção de 101 funções comissionadas de assistente técnico nos gabinetes parlamentares, de lideranças e de membros da Mesa.	Criação sem custos da Procuradoria da Mulher .
---	--	---	---

Casa amplia prerrogativas e se fortalece

Cinquenta dias depois de iniciado o ano legislativo, o Senado contabiliza uma série de providências para ampliar a atuação. Nos últimos dias, por exemplo, a Casa reforçou regras para estabelecer que ministros e dirigentes de agências reguladoras prestem contas das atividades e decidiu avaliar periodicamente o Sistema Tributário Nacional, além de dedicar-se a regulamentar dispositivos constitucionais que ainda dependem de detalhamento. Uma comissão mista de regulamentação desses artigos e de consolidação da legislação nacional será instalada em abril. O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que está aberto a ideias do Parlamento e da sociedade para tornar mais fácil a solução de conflitos jurídicos. O senador vai inaugurar um site para receber sugestões. A regulamentação desses dispositivos, a desburocratização

e a eliminação de leis caducas são apontadas pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, como fundamentais para fazer o Brasil avançar. Essa é a razão pela qual também começou a funcionar uma comissão mista destinada a reformar o Regimento Comum do Congresso. Integrante do colegiado, Jorge Viana (PT-AC) observa que o Regimento Comum é de 1970 e que lhe falta coesão estrutural, já que as regras não estão reunidas num único texto. **Tributos** A decisão de avaliar periodicamente o sistema tributário da União e dos entes federados começou a avançar. Renan anunciou que será regulamentado o artigo 52 da Constituição, referente a essa providência. Os líderes partidários estão recolhendo assinaturas para levar a iniciativa a Plenário em regime de urgência. De acordo com o presidente do Senado, votar

essa regulamentação será mais uma medida capaz de fortalecer a Casa e aproximá-la da sociedade. O Senado também passará a receber em audiências anuais para prestação de informações os ministros da Justiça, das Relações Exteriores e da Defesa e os dirigentes das agências reguladoras. Hoje, isso já acontece com o presidente do Banco Central. Outra medida para dar mais substância às decisões foi a instituição de sessões de debates temáticos. Vários senadores elogiaram a iniciativa. — Há matérias da maior importância, do maior significado e a gente termina votando correndo — disse Pedro Simon (PMDB-RS). Renan anunciou ainda a compilação de indicadores econômicos e sociais em nível estadual para consulta quando da análise de projetos e da realização de debates.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Homenagem

11h Sessão especial pelo centenário de nascimento do senador Almir Santos Pinto. Às 14h, a sessão é não deliberativa.

CDH Forças Armadas

9h Audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater a situação dos aposentados e pensionistas das Forças Armadas.

CAE Ministro do TCU

18h30 Audiência com o ministro do TCU Weder de Oliveira e outros convidados debaterá a dívida dos estados e municípios.

TERÇA

CCT Desaparecidos

9h Na pauta, proposta que prevê o uso das redes de telefonia móvel para localização de desaparecidos e projetos de decreto legislativo que autorizam serviços de radiodifusão.

AVIAÇÃO CIVIL Eleição de presidente

9h30 A Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil realiza primeira reunião para instalação dos trabalhos e eleição de presidente e vice-presidente.

CAE Vítimas de desastres

10h Projeto que concede isenção fiscal, anistia e remissão para pessoas físicas e jurídicas atingidas por desastres está na pauta da comissão.

CE Merenda escolar

11h Na pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, substitutivo a projeto que garante a distribuição de alimentação escolar nos dias úteis não letivos para os alunos matriculados na educação básica pública.

SUBCOMISSÃO DA COPA Nova mesa

11h Instalação dos trabalhos e eleição do presidente, vice-presidente e relator da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

QUARTA

CMC Serviços de ecossistemas

11h Valoração dos serviços ecossistêmicos como política para adaptação e mitigação em mudanças climáticas é tema de debate na comissão.

CMA Autoprodutor de energia

11h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle examina projeto que viabiliza o acesso dos autoprodutores de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional.

CRE Embaixadores

14h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional vota as indicações dos embaixadores Edson Marinho Duarte Monteiro, para a Armênia, e Valter Pecly Moreira, para a Hungria.

PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS Eleição

15h Instalação da comissão temporária sobre prevenção e combate de incêndios. Na reunião, serão eleitos o presidente e vice-presidente.

QUINTA

CI Eletricidade convencional

7h30 A Comissão de Serviços de Infraestrutura debate energia e desenvolvimento do Brasil no ciclo de palestras *Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do país*. O primeiro painel do evento vai discutir eletricidade convencional com representantes da USP e da Unicamp.

CAS Dedução de IR

9h A Comissão de Assuntos Sociais vota projeto que altera a legislação tributária para permitir a dedução do Imposto de Renda de valores doados a programas de saúde previamente aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo.

CCJ Adolescentes protegidos

10h Entre as matérias na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, está a proposta que altera a Constituição para incluir, entre os direitos sociais, a proteção à adolescência.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). As reuniões das comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

No Dia da Água, senadores pedem melhor gestão dos recursos hídricos

O Congresso ficou iluminado de azul na noite de sexta-feira em homenagem ao Dia Mundial da Água. Em Plenário, senadores registraram a data e pediram melhor gestão dos recursos hídricos do

país. No mundo, 780 milhões de pessoas sofrem com falta de água potável.

Rodrigo Rollemberg e Jorge Viana fizeram discursos alertando para a escassez e pedindo fortalecimento dos

comitês de bacias hidrográficas e distribuição de água. Wellington Dias, em entrevista, defendeu o cumprimento do Protocolo de Kyoto, tratado internacional para redução de emissões dos gases de efeito estufa.

Comissão discute valorização de serviço ambiental

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) faz audiência pública amanhã para discutir a valorização dos serviços ambientais como política para adaptação a mudanças climáticas. Foram convidados representantes da ONG Conservação Internacional, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Ministério do Meio Ambiente.

Segundo a pesquisadora da Embrapa Lilian Sosinski, os serviços ambientais podem ser divididos em de regulação (sequestro de carbono pelas florestas ou ciclagem de nutrientes); de produção (alimentos ou água); de informação (que fornecem uma função essencial de referência, contribuindo para a saúde humana com sentidos de lugar, paisagístico, religiosos ou patrimônio cultural); e de habitat (prestados por ecossistemas que fornecem refúgio e habitat para a reprodução das plantas selvagens e animais).

Jorge Viana apoia registro da Rede Sustentabilidade

A petição para registro da Rede Sustentabilidade como partido político será assinada por Jorge Viana (PT-AC). O senador fez questão de esclarecer na sexta-feira que não tem nenhuma intenção de mudar de partido, mas disse que manteve uma “boa conversa” com Marina Silva, ex-senadora e ex-ministra do Meio Ambiente, que é articuladora da nova legenda.

Segundo Viana, a assinatura é um gesto de apoio para que a Rede consiga vencer as barreiras que podem dificultar a legalização da legenda. Marina e os correligionários precisam de assinaturas de pelo menos 500 mil eleitores em diferentes estados para conseguir registrar o novo partido. Segundo Viana, a Rede se diferencia dos inúmeros partidos “cartoriais” que proliferam no sistema partidário do país.

Paulo Paim (PT-RS) informou que ele e Pedro Simon (PMDB-RS) também assinarão a petição.



Foz do Iguaçu representa o potencial hídrico do Brasil, que tem 12% da água doce do mundo

Viana alerta para risco de escassez citado pela ONU

Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre disponibilidade de água foi classificado de chocante por Jorge Viana (PT-AC). Ele destacou que o planeta tem 1,4 bilhão de quilômetros cúbicos de reservas de água, mas apenas 0,3% é imediatamente utilizável. O senador lembrou que os estados brasileiros têm leis e conselhos de recursos hídricos, mas disse que o mais importante é o envolvimento direto da sociedade.

— O planeta não sobreviverá se não disponibilizar e fizer a boa gestão desse recurso.

O Brasil tem 12% das reservas de água doce do planeta, disse Viana, ressaltando que o recurso é desigualmente distribuído pelo território. Enquanto a Amazônia dispõe de 70% da água doce do país, o Nordeste tem apenas 5%.

— Crianças e mulheres ficam o dia inteiro lutando atrás de água para higiene pessoal, para alimentação e para saciar a sede — afirmou.

Comitês precisam ser fortalecidos, diz Rollemberg

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) defendeu o fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas, regulamentados pela Lei dos Recursos Hídricos (Lei 9.433/1997) e definidos como unidades de planejamento de políticas públicas.

— Devemos dar condições para que todas as bacias hidrográficas tenham seus comitês funcionando e que eles sejam ouvidos pelos governos.

Rollemberg lembrou que o Dia Mundial da Água foi instituído pela ONU há duas décadas, sendo que as celebrações deste ano têm como tema “Cooperação pela água”. Na opinião dele, o Brasil enfrenta o desafio de melhorar a distribuição do recurso e ampliar o saneamento.

— Ainda coletamos e tratamos uma parcela muito pequena dos esgotos. Uma das prioridades dos investimentos públicos deve ser em infraestrutura de saneamento básico, que permita ao Brasil cuidar dos seus rios — frisou.

Para Wellington, metas de Kyoto devem avançar

Para Wellington Dias (PT-PI), a comemoração do Dia Mundial da Água impõe um grande debate sobre a necessidade do cumprimento das metas estabelecidas no Protocolo de Kyoto, acordo internacional para a redução da emissão de gases que agravam o efeito estufa na atmosfera.

— O grande debate é a necessidade de os países signatários do Protocolo de Kyoto, que há algum tempo parecia algo muito avançado, avançarem mais ainda.

O senador alertou para sinais de que, se os países não tomarem providências agora, por volta de 2050 vão enfrentar dois efeitos prejudiciais ao ser humano: o aumento da temperatura do planeta e a redução de água potável.

— A nossa geração tem uma responsabilidade muito grande. Então eu acho que a comemoração da Semana da Água precisa ser uma reflexão nesse sentido — disse Wellington.

Anibal comemora acordo ambiental entre Acre e RJ

Anibal Diniz (PT-AC) falou em Plenário sobre o acordo entre Acre e Rio de Janeiro que visa promover cooperação técnica entre os dois estados sobre o mercado de carbono — setor que tem o objetivo de estimular a redução das emissões dos gases do efeito estufa. O acordo, do qual também participa o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foi assinado quinta-feira no Rio.

— É o primeiro acordo subnacional para tratar especificamente dos créditos de carbono — disse.

O senador participou da reunião em que o acordo foi assinado. Ele frisou que o Acre foi capaz de preservar 87% da floresta graças a uma história em que se destacam nomes como Chico Mendes (1944-1988) e Marina Silva, “líderes do movimento de resistência socioambiental”, e às políticas públicas a partir de 1999, com o governo de Jorge Viana (PT-AC), hoje senador.



Distribuição de água à população do Brasil é desigual, lamenta Viana



Rollemberg ressalta a necessidade de melhorar o saneamento básico



Wellington alerta para risco de redução da água potável no planeta



Mercado de carbono estimula a redução de gases, afirma Anibal

Especialistas convidados irão debater, entre outros temas, o melhor índice para corrigir as dívidas de municípios e estados junto à União

Dívida dos estados e municípios é tema de audiência pública na CAE

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) realiza hoje audiência pública para debater a dívida dos estados e municípios. O tema principal é a troca do índice utilizado para corrigir as dívidas junto à União. A mudança é uma antiga reivindicação de governadores e prefeitos, com apoio de parlamentares.

Já tramita na Câmara dos Deputados projeto de lei (PLP 238/2013) apresentado pelo Executivo para corrigir distorções causadas por mudanças na economia. Os critérios atuais podem elevar a dívida em mais de 20% ao ano.

Hoje, o saldo devedor de estados e municípios é atualizado pelo Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI) mais juros que vão de 6% a 9% ao ano. Com a mudança, os juros deverão ser de 4% ao ano e a atualização monetária será calculada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais estável que o IGP-DI. Caso a soma ultrapasse a variação da taxa básica de juros (Selic) do



Em reunião da CAE na quarta-feira, governadores e senadores discutiram propostas que tratam da reforma do ICMS

mês, esta será usada para a atualização.

A adoção do IPCA como indexador da dívida também é proposta em projetos que tramitam no Senado, como o PLS 334/2011, de Eduardo Braga (PMDB-AM), e o PLS 86/2012, de Francisco Dornelles (PP-RJ).

Parlamentares também têm defendido a ampliação do limite das dívidas dos estados e municípios. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) apresentou, na última semana, projeto de

resolução para ampliar de 16% para 30% da receita corrente líquida o limite das operações de crédito de estados e municípios destinadas a investimentos de infraestrutura na área urbana e rural.

Foram convidados para a audiência pública na CAE os professores Fernando Antonio Rezende, da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getulio Vargas (Ebap/FGV), Francisco Lopreato, da Universidade Estadual

de Campinas (Unicamp), e Roberto Piscitelli, da Universidade de Brasília (UnB); o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Weder de Oliveira; o secretário municipal de Finanças de São Paulo, Marcos de Barros Cruz; e João Pedro Casarotto, representante da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite).

O debate terá início às 18h30 na sala 19 da Ala Alexandre Costa.

Novos critérios do FPE retornam à pauta amanhã

Apesar de mais curta, por conta do feriado na sexta-feira, esta semana deve ter a pauta cheia. Estão previstos debates e votações importantes no Plenário, como a discussão dos novos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Para evitar a falta de quórum, as votações devem ser concentradas na sessão de amanhã.

A votação dos novos critérios do FPE ainda depende da liberação da pauta, trancada pela Medida Provisória (MP) 586/2012, do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Na terça-feira, o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), anunciou



Plenário examinará substitutivo de Pinheiro a oito projetos sobre o FPE

que o relator da MP, senador Eduardo Amorim (PSC-SE), não teve tempo para concluir o relatório. Na sessão de quarta, Amorim disse que precisava fazer ajustes no texto e pediu pelo menos mais 24 horas de prazo, o que acabou adiando a votação para esta semana.

Votada a MP, a pauta ficará livre para o exame do substitutivo do senador Walter Pinheiro (PT-BA) a oito projetos sobre o FPE. No entanto, a votação do tema continua incerta, já que há muitas divergências entre os senadores. Por sugestão de parlamentares, a sessão de terça pode ser a primeira com debate temático, conforme proposta anunciada pelo presidente Renan Calheiros em fevereiro e posteriormente aprovada em Plenário. Parte dos senadores sugeriu, porém, que a votação só ocorra em abril.

Com validade até 2017, os novos critérios do FPE, pela proposta de Pinheiro, devem

assegurar a cada unidade federativa um piso igual aos valores atualmente distribuídos. Se houver sobra, depois de feita a distribuição com base no piso, os recursos poderão ser repartidos de acordo com dois critérios: população e inverso da renda per capita. O substitutivo do senador se refere aos PLSs 192, 289, 744 e 761, de 2011; e 35, 89, 100 e 114, de 2012.

O senador Luiz Henrique (PMDB-SC) vem negociando uma emenda em que acrescenta, como critério de repartição, o tamanho do território. A proposta recebeu apoio de senadores em Plenário na quinta-feira.

Proposta estende excepcionalidade para obras da Copa

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina amanhã, a partir das 10h, projeto de resolução do Senado que estende a condição de excepcionalidade das obras de infraestrutura da Copa do Mundo de 2014 até a plena execução delas. Essas obras ficam excluídas dos limites de operações de crédito.

De autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), o PRS 3/2013 altera a Resolução 43/2001 para que os projetos de implantação de infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014 continuem excluídos dos limites de operação de crédito até que sejam finalizados.

Na justificativa, Jucá argumenta que alguns empreendimentos podem não estar concluídos até o início do evento. Se retirados da matriz de investimentos da Copa, os projetos perderiam a condição de excepcionalidade e poderiam atrasar ainda mais.



Aloysio disse esperar que o governo consiga corrigir erros

Aloysio critica gestão petista na Petrobras

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) criticou a gestão da Petrobras nos governos petistas. Segundo afirmou, ao apresentar o novo plano de negócios da empresa, a própria presidente, Graça Foster, faz uma autocritica, pois procura corrigir erros de planejamento dos anos anteriores.

Para o senador, a gestão equivocada da empresa tem custado caro aos pequenos acionistas, com a desvalorização das ações, levando a um prejuízo, desde setembro de 2010, de aproximadamente 40%.

— As ações NOs [nominativas ordinárias], que dão direito a voto, foram vendidas, quero lembrar, na oportunidade daquela capitalização, por R\$ 29,65. Essas mesmas ações valiam, em 18 de março, segunda-feira, R\$ 17,64, ou seja, um prejuízo nominal de 41% — informou o senador em pronunciamento na sexta.

Pinheiro e Tarso discutirão perdas do RS

Walter Pinheiro (PT-BA), relator dos projetos de lei do Senado que modificam os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE), vai receber amanhã, às 10h30, o governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, e o secretário de Fazenda do estado, Odir Tonollier. O objetivo é discutir as possíveis perdas do estado com a aprovação das novas regras. O encontro foi

anunciado na sexta-feira pelo senador Paulo Paim (PT-RS) em discurso no Plenário.

Paim informou que a bancada gaúcha se reuniu com Pinheiro e manifestou preocupação com a perda de receitas do estado que poderá representar 26,13%. Por isso, o relator decidiu conversar com as autoridades gaúchas.

Segundo dados da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, ressaltou Paim, essa

perda vai gerar ao estado uma “dívida impagável”. Com as modificações no FPE, o Rio Grande do Sul, observou o senador, será o terceiro estado com mais perdas, atrás de Santa Catarina (31,38 %) e Tocantins (31,9 %).

— A intenção é construir, com o senador Walter Pinheiro, uma alternativa que não traga prejuízo ao estado do Rio Grande do Sul — disse Paulo Paim.



Paim afirma que mudanças no FPE vão gerar “dívida impagável” no RS

Walter Pinheiro deverá apresentar um substitutivo aos projetos de lei complementar sobre o tema que tramitam conjuntamente (PLSs 192, 289, 744 e 761, de 2011; e 35, 89, 100 e 114, de 2012).



Acir Gurgacz (C) coordena debate: projeto do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura foi o ponto de partida

Rafael Cavalha/Agência Senado

“Brasil rural” precisa de políticas públicas

Em debate, na Comissão de Agricultura, sobre o conceito de ruralidade no Brasil, participantes enfocaram a necessidade de mais investimentos para aumentar a produtividade

TENDO COMO PONTO de partida o projeto do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) que busca redefinir os critérios de ruralidade, especialistas ouvidos em audiência pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) esperam que a consciência do tamanho do Brasil rural estimule políticas públicas mais favoráveis e realistas para o setor.

Acir Gurgacz (PDT-RO), vice-presidente da CRA, destacou que, segundo levantamentos oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 o Brasil tinha menos de 16% de população rural. A partir desse dado, o Brasil passa a ser considerado um país mais urbanizado que muitos países europeus e até mesmo que os EUA. No entanto, os debatedores chamaram a atenção para o tamanho da população no campo — maior do que as estatísticas oficiais apontam — e a expressiva importância da agropecuária

na economia brasileira.

Víctor Villalobos, diretor-geral do IICA, defendeu um lugar central nas políticas públicas em face do potencial agrícola do Brasil, ressaltando que conhecimento e inovação serão determinantes para fazer frente à demanda crescente

“Conhecimento e inovação vão ser determinantes para atender a demanda crescente por alimentos”

por alimentos. E os demais países latino-americanos também deverão investir no aumento da produtividade agrícola, disse.

— Sabemos que, para 2050, se requerá duplicar a quantidade de alimentos que hoje se produz, enquanto a produtividade agropecuária também deverá atender as demandas de derivados agrícolas para seus crescentes usos alimentícios. Os territórios rurais também requerem um lugar central nas políticas e nas ações do Estado — defendeu.

A embaixadora do México, Beatriz Paredes, considerou importante mudar o paradigma cultural e investir em educação no campo de modo a combater o êxodo rural.

— Construir uma nova ruralidade é indispensável para o mundo. Ainda mais para o Brasil, que continuará sendo um país agrícola — afirmou.

Visão integrada

A secretária de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Andrea Lorena Butto Zarzar, reivindicou uma “visão integrada sobre o rural” e a articulação dele com um projeto de desenvolvimento nacional. Ela ressaltou a importância de discutir o conceito de ruralidade no país.

— Para nós, do ministério, é algo muito importante socializar o conhecimento acumulado, difundir uma pesquisa que é de muita relevância para pensar o rural e pensá-lo integrado ao nacional, não pensá-lo de forma isolada. Fazer isso no âmbito do Senado, na CRA, é também muito importante — afirmou.

O seminário realizado na sexta-feira foi o segundo do ciclo de palestras promovido pela CRA em 2013.

(Com informações da Rádio Senado)

Para Cristovam, é preciso definir progresso pela qualidade de vida

Durante o debate na CRA, a professora Tânia Bacelar, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), propôs uma “releitura do rural contemporâneo” de modo a questionar as políticas públicas de hoje para o mundo rural. Ela considera positivo que, desde os anos 90, a agricultura familiar tenha voltado a ser vista como patrimônio do país — conceito que, lembrou, já sofreu muita resistência.

Cristovam Buarque (PDT-DF) classificou como preconceituosa a visão de que riqueza é sinônimo de urbano, afirmando que até hoje a base da balança comercial do país tem sido o produto rural.

— É preciso definir progresso pela qualidade de vida, não por renda, consumo e técnica moderna.

Para o senador, será preciso “urbanizar o rural e ruralizar o urbano”.

— Precisaremos de uma política que mantenha a qualidade urbana, que leve a qualidade rural a quem não está nas próprias cidades e case o rural com o urbano. Fazer com que as pequenas cidades se transformem também nas produtoras de alimentos, dos bens agrícolas, e ter uma vida rupestre, digamos, perto da cidade.

Para José Humberto de Oliveira, consultor internacional do IICA, no Brasil há “estados inteiros rurais”, o que torna necessário modificar o orçamento público para auxiliar os 70% dos municípios brasileiros que têm menos de 20 mil habitantes:

— O meio rural não reivindica apenas política agrícola e agrária, mas também políticas de saúde, educação, comunicação, entre outras. Não podemos ter uma educação que nos expulse de nosso lugar — afirmou.

Reintegração de posse pode ter prazo máximo de 15 dias

Quarta-feira, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deve votar a obrigatoriedade de governadores cumprirem, em no máximo 15 dias, decisão judicial de reintegração de posse. Projeto (PLS 251/2010) de Kátia Abreu (PSD-TO) estabelece que, caso isso não aconteça, eles ficam sujeitos a responder por crime de responsabilidade. A contagem do tempo deverá se iniciar com o recebimento da intimação pelo governador.

A proposta será votada em decisão terminativa. Ou seja: se aprovada, poderá seguir direto para a Câmara, caso não haja recurso para votação pelo Plenário do Senado. Ao justificar a proposta, Kátia Abreu afirmou que o Brasil

vem assistindo ao recorrente descumprimento de reintegração de áreas invadidas.

— Tais condutas, inspiradas pelas inclinações políticas de alguns governadores, retiram dos proprietários os instrumentos de reação à violência contra a propriedade protagonizada por segmentos anárquicos já bem identificados — argumenta a senadora.

O relator, Sérgio Petecão (PSD-AC), acredita que a mudança poderá dar mais efetividade à sanção para o agente político omissor.

— Embora já exista previsão legal para a tipificação de crime, há reiterada conduta dos governadores no descumprimento das decisões de reintegração de posse.

Indicação de dois embaixadores será votada amanhã

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) votará amanhã a indicação do diplomata Edson Marinho Duarte Monteiro para o cargo de embaixador do Brasil na Armênia. A indicação é relatada por Eduardo Suplicy (PT-SP).

Também será votada a indicação, com relatoria de Aloysio Nunes (PSDB-SP), do diplomata Valter Pecly Moreira para representar o Brasil na Hungria.

A arguição dos indicados será na mesma reunião. No dia 7, foi lido o relatório e concedida vista coletiva aos senadores. As indicações são feitas pela Presidência da República.

Raupp quer isentar de *roaming* ligações de celular pelo Brasil

Clientes que fizerem ligações telefônicas de locais que não sejam aqueles em que a linha foi registrada não precisarão pagar adicional de chamada (*roaming* nacional). Projeto (PLS 85/2013) de Valdir Raupp (PMDB-RO) estabelece que a cobrança seja proibida desde que a rede utilizada nas ligações pertença à empresa já contratada pelo usuário.

— Esse ônus para usar o celular em outras cidades encarece muito a conta telefônica dos usuários — explica o autor da proposta.

Segundo o senador, não há mais necessidade de impor as taxas de *roaming*, já que quase todas as companhias de telefonia celular hoje usam as próprias redes.

— A cobrança do *roaming* somente era justificada no início do uso da telefonia celular, quando as empresas precisavam se utilizar das redes de outras operadoras para assegurar aos usuários a possibilidade de telefonarem estando em outras localidades. Atualmente, esse argumento não é mais válido, pois quase todas as operadoras utilizam as próprias redes.

O PLS 85/2013 tramita em caráter terminativo na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), onde aguarda recebimento de emendas e designação de relator. Se for aprovada, segue direto para votação na Câmara, exceto se houver recurso para análise no Plenário do Senado.

Eunício defende criação de novos tribunais federais

Prerrogativa do Congresso de criar tribunais federais por emenda constitucional foi questionada na CCJ. Presidente do STF manifestou preocupação com crescimento da estrutura do Judiciário

APESAR DA PREOCUPAÇÃO da cúpula do Judiciário em relação ao tema, o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) entende que o país precisa criar novos tribunais regionais federais (TRFs) para aproximar o cidadão da segunda instância da Justiça Federal. Hoje, existem cinco TRFs, sendo que o da 1ª Região atende 13 estados e o Distrito Federal.

Convencido de que a população será beneficiada, Eunício disse esperar que ainda esta semana o Plenário conclua a votação de três propostas de emenda à Constituição (PECs) que, em exame conjunto, sugerem a reestruturação das jurisdições regionais dos TRFs, com a criação de tribunais em Manaus, Belém e Fortaleza.

Para o senador, as propostas com essa finalidade podem também partir dos congressistas, não sendo uma prerrogativa exclusiva do Judiciário. Nesse ponto, ele discorda de posições manifestadas por integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) durante o exame



Renan (E) e Alves (D) conversaram com Barbosa sobre a criação de tribunais, defendida por Eunício (ao lado)

das PECs, no início de março. — Não pode ser inconstitucional querer aproximar a Justiça brasileira dos pobres do país — declarou.

Diálogo

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, já tratou do assunto com os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves. Durante o encontro, na última terça, ele disse que se preocupa com os reflexos de um crescimento



José Cruz/Agência Senado

acelerado da estrutura judiciária. O ministro informou que irá elaborar documento detalhando os impactos.

Eunício Oliveira é autor de uma das propostas em exame: a PEC 61/2012, que sugere a criação de um tribunal regional federal com sede em Fortaleza, abrangendo o Ceará, o Maranhão, o Piauí e o Rio Grande do Norte.

Relator propõe prazo para iniciativa do STJ

O senador Jorge Viana (PT-AC), relator de três propostas de criação de TRFs na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), recomendou a aprovação mas, em vez de referendar a criação de novos tribunais, sugeriu um substitutivo que apenas define um prazo de 180 dias para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) enviar projeto de lei ao Congresso dispendo sobre a organização, a estrutura e o funcionamento dos tribunais.

Coordenador da Frente Parlamentar Mista de Criação dos TRFs, o senador Sérgio Souza (PMDB-PR) apoiou o relatório de Jorge Viana. Sérgio Souza é autor da PEC 42/2012, que cria um TRF com sede em Curitiba e aguarda última sessão de discussão em primeiro turno no Plenário.

Além disso, o Senado aprovou no ano passado a PEC 65/2011, do senador Clésio Andrade (PMDB-MG), que cria um TRF com sede em Belo Horizonte. A proposta tramita agora na Câmara dos Deputados.

Constitucionalidade de propostas é questionada

O texto substitutivo de Jorge Viana na CCJ convenceu alguns senadores ainda resistentes a seguir o relator, depois de prolongado debate. Outros se mantiveram irredutíveis, como foi o caso dos senadores Pedro Taques (PDT-MT) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que votaram contra. Para Aloysio Nunes, as PECs nem sequer poderiam tramitar, porque invadem a competência de outro Poder.

— O que eu proponho é uma iniciativa política: uma delegação da CCJ para ir conversar com o presidente do Conselho Nacional da Justiça, que tem, entre outras atribuições, a de elaborar a política do Judiciário do país, para verificar onde há carências físicas e orçamentárias — sugeriu.

Recentemente, no caso de uma proposta similar, a PEC 65/2011, o senador José Pimentel (PT-CE) também se posicionou contrariamente, classificando de inconstitucional a criação de um novo tribunal regional federal a partir do Poder Legislativo.

Estatuto da Juventude deve ser votado na quarta

O Estatuto da Juventude é o primeiro item da pauta da próxima reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na quarta-feira, às 9h. O projeto institui normas específicas destinadas à proteção dos direitos dos jovens e estabelece os princípios e as diretrizes das políticas públicas para esse segmento da população. Segundo o relator do PLC 98/2011, Paulo Paim (PT-RS), pontos como a meia-entrada e a passagem com 50% de desconto no transporte público “estão pacificados” e entrarão em seu relatório.

O único ponto sobre o qual ainda há desacordo é a abrangência do estatuto. Pelo projeto que veio da Câmara dos Deputados, a faixa etária dos jovens vai de 15 a 29 anos, mas há quem defenda que seja de 18 a 29 anos. O relatório aprovado pela CCJ, no ano passado, manteve esse ponto sem alteração.

Casos de violência doméstica em debate na Rádio Senado

A Região Nordeste, com mais de 53 milhões de habitantes, possui apenas 15 varas ou juizados de atendimento exclusivo à mulher vítima de violência doméstica. Enquanto isso, o Distrito Federal, com menos de 3 milhões de habitantes, conta com 10 das 16 unidades judiciárias especializadas de todo o Centro-Oeste.

Os dados são de pesquisa sobre a aplicação da Lei Maria da Penha divulgada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e revelam as desigualdades regionais que dificultam o acesso da mulher agredida à Justiça especializada.

Ana Rita (PT-ES), relatora da CPI que investiga a violência doméstica, comentará hoje essa pesquisa no programa *O Senado é mais Brasil*, da Rádio Senado, às 8h35. E a diretora do Departamento de Pesquisas do CNJ, Janaína Penalva, explicará como foi feito o levantamento. O programa pode também ser ouvido em www.senado.leg.br/radio, pelo canal 2.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Medida pode dificultar desvio de medicamentos da rede pública

A Comissão de Assuntos Sociais pode votar na quarta-feira projeto que tem por objetivo inibir o desvio de medicamentos dos serviços públicos de saúde. O projeto (PLS 55/2012) obriga o uso de tarja de identificação nesses medicamentos para evitar que sejam furtados para uso ou venda ilegal. A decisão da comissão é terminativa. Após a aprovação, se não houver recurso, o projeto de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) seguirá para a Câmara dos Deputados.

Relator do projeto na comissão, Romero Jucá (PMDB-RR) elogiou a proposta em Plenário e adiantou que seu voto será pela aprovação. Para ele, o fato de o medicamento

ter uma tarja impressa servirá, no mínimo, para constranger quem estiver contribuindo para os desvios.

— Pelo menos a tarja estará já impressa, dizendo que é proibida a venda, porque o medicamento é de uso público — disse.

Como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) regulamentou recentemente o padrão de identidade visual de medicamentos adquiridos pelo Ministério da Saúde para distribuição no Sistema Único de Saúde (SUS), o relator optou por alterar a proposição. A sugestão é incluir na Lei 8.666/93, que trata das licitações, a previsão da identificação.



Jefferson Ruffy/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário: Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)

Projeto prevê desconto no Fies para bom pagador

Os estudantes que obtiverem empréstimos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e forem considerados bons pagadores poderão ter direito a abatimento da dívida. Este é o objetivo de projeto de Lúcia Vânia (PSDB-GO) que deve ser votado amanhã na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Se for aprovado e não houver recurso para a votação em Plenário, o projeto (PLS 124/2007) segue para a Câmara.

Segundo o projeto, o estudante financiado que tiver pago em dia as prestações equivalentes a pelo menos 75% da dívida terá direito a escolher entre dois benefícios: 25% de desconto, caso opte pela quitação antecipada do saldo devedor total, ou “bônus de adimplência” de 5% sobre as parcelas vincendas, desde que estas sejam pagas até a respectiva data de vencimento.

“Com isso, os gestores do fundo ganham com a redução de despesas para a cobrança de mensalidades em atraso”, afirma Lúcia Vânia.

Acesso

Criado em 1999, o Fies substituiu o antigo Crédito Educativo no financiamento de cursos de graduação como forma de ampliar as condições de acesso ao ensino superior. Implantado pela Caixa Econômica Federal, o financiamento beneficia atualmente mais de 400 mil estudantes. Mas, como observa a autora da proposta, vem experimentando o aumento da inadimplência, que atualmente já alcançaria quase 20% dos financiamentos.

Em voto favorável, o relator do projeto na CE, Pedro Simon (PMDB-RS), concorda com a autora e afirma que a medida poderá ser um importante incentivo à adimplência.



Lúcia Vânia diz que é preciso incentivar a adimplência



De acordo com Paulo Paim, remuneração dos militares sempre foi modesta, mas situação se agravou a partir de 2001

Audiência discute situação de militares reformados

Debate na Comissão de Direitos Humanos foi requerido por Paulo Paim. Senador diz que servidores das Forças Armadas são os mais mal remunerados

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) vai debater hoje, às 9h, a situação de militares reformados e pensionistas. Paulo Paim (PT-RS), autor do requerimento, afirmou que “o tema é urgente, pois os militares são os servidores mais mal remunerados do país”.

— Os militares sempre tiveram uma remuneração modesta, mas depois de 2001 a situação começou a piorar

gradativamente — afirmou.

O senador leu documento enviado a seu gabinete em que são relatadas as dificuldades dos integrantes das Forças Armadas relacionadas à estrutura e à remuneração dos integrantes. O texto afirma que a organização militar exige a superação de todo o tipo de limite, sendo inconcebível uma má remuneração para a categoria. O texto ressalta que atualmente “a atividade do militar federal resulta em uma retribuição salarial mínima, que, em alguns postos ou graduações, não permite sequer o atendimento às necessidades de alimentação, habitação, saúde e lazer”.

Participarão o representante

da Associação de Praças das Forças Armadas (Aprafa), Antonio Vicente da Silva; o presidente da Federação da Família Militar do DF, Cântido Rosa Dantas; o presidente da Comissão Nacional QESA Brasil, Eduardo Souza Silva; o presidente da Associação dos Militares da Reserva Remunerada, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas no DF, Genivaldo da Silva; a presidente da União Nacional de Esposas de Militares das Forças Armadas, Ivone Luzardo; a presidente da Federação da Família Militar — Mulher-DF, Rita Deinstmann, e o presidente da Confederação Nacional da Família Militar, Waldemar da Mouta.

Requião quer incentivar carteira para domésticas

Para garantir o cumprimento da PEC das Domésticas (PEC 66/2012, aprovada em primeiro turno dia 19) sem gerar desemprego, Roberto Requião (PMDB-PR) pediu a aprovação de projeto de autoria dele que garante dedução no Imposto de Renda da remuneração paga pelas famílias, até três salários mínimos mais o décimo-terceiro (PLS 270/2011).

— Temos cerca de 6,7 milhões de empregadas domésticas no Brasil, mas apenas 26,3% têm registro em carteira — alegou.

Requião disse que a PEC promove “uma segunda abolição da escravatura”, mas advertiu que, sem a formalização, nada está garantido.

Segundo o senador, o projeto não tem avançado devido à oposição do Fisco.



Só 26,3% das domésticas têm carteira assinada, alerta Requião

Ele comemorou a designação de Paulo Paim (PT-RS) para a relatoria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e disse esperar que, agora, possa pedir urgência para votação em Plenário.

Contratação de seguro de vida para motoboy

Empresas que utilizam dos serviços de transporte prestados por motoboys poderão ser obrigadas a contratar seguro de vida e de invalidez permanente para esses profissionais. É o que propõe projeto que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve examinar amanhã, às 10h.

De acordo com a proposta (PLC 83/2012), de autoria do então deputado Celso Russomanno, aprovada pela Câmara no ano passado, o seguro a ser



Gim é relator do projeto de lei na CAE e é favorável à aprovação

contratado será de, no mínimo, 30 vezes o salário-base da categoria ou aquele registrado

em carteira, prevalecendo o maior destes dois. Poderão se beneficiar do seguro o próprio beneficiário, a esposa, os filhos e os irmãos.

O relator, Gim (PTB-DF), assinala que as estatísticas mostram o crescimento no número de acidentes envolvendo a categoria, o que expõe as famílias de forma particularmente mais aguda aos problemas decorrentes de acidentes que acarretem falecimento ou invalidez permanente.

Merenda poderá ser oferecida também nas férias

Os alunos matriculados na educação básica da rede pública poderão receber merenda escolar fora do período letivo. É o que estabelece projeto de Cícero Lucena (PSDB-PB) que deve ser votado amanhã pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O projeto (PLS 569/2009) já recebeu parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e será votado em decisão terminativa na CE.

Ao justificar a proposta, o autor enfatiza que o objetivo da medida é evitar a descontinuidade na dieta dos estudantes que dependem da alimentação oferecida pela escola. Na avaliação dele, a medida contribuirá para garantir a permanência dos estudantes na escola, bem como para o sucesso nos estudos.

Favorável à matéria, o relator, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), lembra que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) teve origem em iniciativas federais há mais de 60 anos e, atualmente, atende quase 50 milhões de crianças, da creche ao ensino médio, em todas as modalidades de ensino público.

Valadares ressalta que a maioria desses estudantes pertence a famílias com dificuldades para prover a alimentação diária. A merenda escolar durante o ano letivo, argumenta o senador, representa um reforço significativo na alimentação dos estudantes. Ao estender a oferta de merenda escolar para o período não letivo, com exceção de sábados, domingos e feriados, afirma o relator, a proposta de Cícero Lucena vai aprimorar o programa federal.



Objetivo é não descontinuar a dieta dos estudantes, diz Cícero

Dnit quer ampliar projetos até o fim de 2013

Diretor-geral do departamento espera contar com uma carteira de contratos de R\$ 42 bilhões. Ele apresentou na Comissão de Infraestrutura os planos para o órgão

O DEPARTAMENTO NACIONAL de Infraestrutura de Transportes (Dnit) espera contar, no fim de 2013, com uma carteira de contratos de R\$ 42 bilhões para projetos de manutenção e novas obras. Até agora, o órgão contabiliza R\$ 14,7 bilhões para 17 projetos de investimento e 17 de manutenção e sinalização. O órgão também montou um grupo de trabalho para atualizar normas de recebimento de serviço, com técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) na redação final.

Nos planos, estão a licitação da manutenção da malha de 54 mil quilômetros, dos quais 48 mil já foram contratados, e outros 6.200 estão em curso. Os editais devem ser lançados até o fim do ano. As iniciativas foram descritas pelo diretor-geral do Dnit, Jorge Fraxe, em audiência da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), quarta-feira. Ele falou sobre os problemas estruturais do órgão, que assumiu em setembro de 2011. Presidida por Fernando Collor (PTB-AL), a reunião durou quase sete horas.

— Estamos mudando o modelo de contratação e gestão de empresas supervisoras, que até hoje não foram supervisoras nem fiscais, foram consultoras — disse Fraxe.

No modelo novo, se houver

erro na obra, a supervisora vai dividir o prejuízo com a construtora, passando a ser responsável pela quantidade e qualidade de todos os serviços, que serão pagos não mais pelo critério homem/hora, mas por produto, explicou Fraxe.

A supervisora, disse, vai ter que apresentar o arquivo eletrônico para que no futuro órgãos fiscalizadores possam saber como foi pago o serviço. Fraxe defendeu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, adotado para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento e da Copa de 2014.

O modelo possui a categoria de contratação integrada, por meio da qual o Dnit divide a gestão de risco com o mercado. O único aditivo a ser concedido partirá da atuação do Estado em questões ambientais, desapropriações e realocação de pessoas em área de domínio, disse Fraxe.

Ele também destacou iniciativa inédita do Dnit ao lançar um plano nacional de controle de tráfego. O documento vai orientar qual estrutura de pavimento deve ser usada nas rodovias, com equipamentos eletrônicos em substituição a processos técnicos manuais.

O órgão lançou concorrência internacional, com regras do Banco Mundial, para o monitoramento de 50 trechos



Ao lado de Collor (D), Jorge Fraxe fala sobre plano nacional de controle de tráfego e os problemas estruturais do Dnit

de rodovias como forma de ajustar o modelo matemático de gestão de pavimento à realidade brasileira. Já o programa de sinalização de rodovias, o BR Legal, realizou licitações para investimentos de R\$ 4 bilhões nos próximos cinco anos.

Ética

Outra providência relatada foi a adoção do pregão eletrônico para serviços de manutenção. O diretor informou uma série de ações corretivas. A primeira foi a compilação de todas as notificações e o resumo de multas aplicadas a 105 contratos de projetos de engenharia para manutenção estruturada de rodovias, nenhum dos quais havia sido concluído em três anos. Outra foi a devolução à União de R\$ 21 milhões por medições feitas com equívoco em obras de um lote de duplicação.

— As empresas que executaram restauração já estão notificadas. Aquelas que não realizaram o retrabalho, sem

custo ao erário, serão multadas, na discussão técnica que couber a cada caso — afirmou.

Fraxe relatou também que criou o Boletim Eletrônico de Medição, pelo qual qualquer pessoa poderá acompanhar as obras no site do Dnit. Atas das reuniões da Diretoria Colegiada, que toma as grandes

decisões do órgão, também estão disponíveis.

Fraxe disse que o ponto vulnerável do Dnit é a fiscalização das obras. Com mais de mil contratos de empreendimentos, o órgão não tem topógrafo e laboratorista de solos.

— É tudo terceirizado, assim ele foi concebido — disse.

Números do Dnit

▶ Contratos até março de 2013	R\$ 14,7 bilhões
▶ Estimativa de contratos até dezembro de 2013	R\$ 42 bilhões
▶ Malha rodoviária federal	54.000 km
▶ Sinalização (BR Legal)	R\$ 4 bilhões*

(*) nos próximos 5 anos

Fonte: Dnit

Curto prazo

Principais obras previstas para este ano, segundo o diretor do Dnit

▶ BR-425	Licitação para obras na estrada que liga Porto Velho a Guajará-Mirim, em Rondônia, deve sair em abril de 2013.
▶ BR-163	O Dnit notificou as empresas envolvidas nas obras da estrada, localizada no Pará, e deu um prazo de mobilização até o final de abril, sob pena de multa.
▶ BR-101, no Espírito Santo	Entrará em obras em breve. O contorno de Vitória deve ser concluído em junho de 2013.
▶ Obras no Rio Madeira	O plano de dragagem já foi aprovado pelo Ibama e está previsto para ser executado ainda em 2013.

Collor reformula audiências públicas na Comissão de Infraestrutura

O presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Fernando Collor, inaugurou na quarta-feira um novo sistema de reuniões para o colegiado, com início às 7h30. A audiência, que durou quase sete horas, de forma ininterrupta, foi a primeira da CI com participação popular, por meio da internet e do Alô Senado.

— A partir de agora teremos uma audiência realmente pública, com a participação

dos que assistem à TV e escutam a Rádio Senado podendo enviar perguntas — afirmou o senador.

Segundo ele, as audiências públicas da CI no biênio 2013-2014 terão foco na gestão e na logística, sempre com temas específicos, como energia, água, transporte e áreas ligadas à infraestrutura.

Collor acrescentou que, ao fim de cada debate, a comissão publicará, no formato de

separata, um compêndio de todas as apresentações por painéis, dos debates ocorridos e das propostas sugeridas.

O senador citou estudos econômicos para evidenciar a necessidade de mais infraestrutura no país. O parlamentar lembrou que a safra de grãos saltou, em cinco anos, de 135 milhões para 185 milhões de toneladas e destacou o problema da logística para o escoamento da produção.

— Outro agravante reside no fato de que 55% da soja produzida no Brasil é movimentada em caminhões, 35% em transporte ferroviário e apenas 10% por meio de hidrovias — afirmou.

O senador destacou um estudo diagnosticando que o Brasil precisará de 106 novos terminais portuários para atender o transporte de cargas para importação, exportação e cabotagem previsto para 2031.

O diagnóstico tinha como objetivo orientar o desenvolvimento de políticas públicas para o setor, mas, segundo Collor, o governo planeja construir apenas 46 novos terminais nos próximos anos.

De acordo com o presidente da CI, pessoas ligadas ao setor portuário acreditam que a MP dos Portos atrairá mais investimentos e proporcionará mais segurança jurídica aos investidores.

Comissão debaterá eletricidade convencional

A CI realiza audiência pública na quarta-feira, às 7h30, com o tema “Eletricidade convencional”, segundo painel do ciclo de debates *Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do país*. As discussões devem ocorrer ao longo do biênio 2013-2014.

Fernando Collor é autor da proposta de realização do ciclo de debates. A próxima audiência tem como convidados Albert Geber de Melo, diretor-

geral do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel); Joaquim Francisco de Carvalho, pesquisador da Universidade de São Paulo (USP); e Sergio Bajay, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Após o debate, a comissão deve votar propostas. O primeiro item da pauta é o projeto de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) que amplia de 15 para 30 metros a faixa não edificável

dos loteamentos implantados ao longo de águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias (PLS 408/2012).

Outros quatro requerimentos deverão ser votados. Dois são de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e tratam do desempenho das agências reguladoras e das concessões de rodovias federais à iniciativa privada. O terceiro é de Armando Monteiro (PTB-

PE), que propôs debate sobre os modelos, instrumentos e as fontes de financiamento para a infraestrutura na perspectiva dos setores público e privado. Delcídio do Amaral, por sua vez, (PT-MS) solicitou audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para avaliar a aplicação da Lei 12.619/2012, que regula a profissão de motorista.

SUBCOMISSÃO DA AVIAÇÃO CIVIL ELEGERÁ PRESIDENTE

O presidente e o vice-presidente da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil serão eleitos em reunião marcada para amanhã, às 9h30. O colegiado, instalado no início de 2012, é ligado à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O relator da subcomissão, Vital do Rêgo (PMDB-PB), anunciou apresentação de requerimento para que o novo secretário de Aviação Civil, Moreira Franco, seja ouvido pelo colegiado antes da apresentação do relatório final, que deverá ocorrer em 17 de abril.